

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.173 - PB (2019/0303474-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ERCIONE RICARDO DE MENEZES
ADVOGADO : ADRIANO MADRUGA NAVARRO - PB017635
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GURINHÉM
ADVOGADOS : JOAO MACHADO DE SOUZA NETTO - PB020716
TIAGO LIOTTI - PB261289A

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ERCIONE RICARDO DE MENEZES, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art, 105, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO E DE 1/3 PARA ATIVIDADE EXTRACLASSE COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL PROCEDÊNCIA PARCIAL SUBLEVAÇÃO DA EDILIDADE PRELIMINAR SUSCITADA EM SEDE DE CONTRARRAZÕES INÉPCIA DA INICIAL CONFUSÃO COM O MÉRITO ANÁLISE CONJUNTA MÉRITO PISO SALARIAL NACIONAL MAGISTÉRIO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N 4167/DF EFEITOS MODULADOS A PARTIR DE ABRIL DE 2011 VALOR DO VENCIMENTO PROPORCIONAL À JORNADA DE TRABALHO LEI MUNICIPAL N 377/2010 CARGA HORÁRIA DE 25 (VINTE E CINCO) HORAS AULAS PAGAMENTO DO PISO EM CONFORMIDADE COM A JORNADA DESEMPENHADA CABIMENTO INTELIGÊNCIA DO §3º DO ART 2 DA LEI N 11738/2008 DIFERENÇA DE VENCIMENTOS INEXISTENTE REFORMA DO DECISUM ÔNUS SUCUMBENCIAIS REVERSÃO JUSTIÇA GRATUITA BENEFÍCIO DEFERIDO SUSPENSÃO PROVIMENTO

Pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação e interpretação divergente da Lei n. 11.738/2008, e ainda indica a interposição do recurso pela alínea "b" do permissivo constitucional.

É o relatório. Decido.

Na espécie, com relação às alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, incide o óbice da Súmula n. 284/STF uma vez que há indicação genérica de violação e interpretação da Lei n. 11.738/2008, sem particularizar os dispositivos legais, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário,

quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Nos termos da jurisprudência desta Corte, a alegação genérica de violação da lei federal, sem indicar, de forma precisa, o artigo, parágrafo ou alínea da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, demonstra a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, conforme os termos da Súmula n. 284 do STF” (AgInt no REsp n. 1.475.626/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 4/12/2017).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 546.951/MT, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 22/9/2015; AgRg no AREsp n. 605.423/SC, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 1/10/2015; e REsp n. 1.304.871/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1/7/2015.

Ademais, quanto à alínea "b", incide também o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há comprovação de que a Corte *a quo* tenha homenageado ato de governo local em detrimento de lei federal, aplicando-se, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Inexistente, nos autos, comprovação de que a Corte *a quo* tenha homenageado ato de governo local, em detrimento da legislação federal, com o fim de viabilizar a admissibilidade do Recurso Especial pela alínea 'b' do inciso III do art. 105 da CF/1988, incide o óbice enunciado na Súmula n. 284 do STF” (AgInt no AREsp n. 1354353/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 6/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp n. 992.705/SC, relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 17/11/2010; AgRg no Ag n. 1.009.835/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 23/6/2008; e REsp n. 661.022/RJ, relator Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ de 23/10/2006.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os**

Superior Tribunal de Justiça

honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente